



Crer e saber: relações de precedência e hierarquização

Eliane Domaneschi Pereira*

Resumo: Um dos principais parâmetros para o estabelecimento de uma relação de precedência entre os termos crer e saber encontra-se compreendido na instância da enunciação. A antecedência sintática do crer em relação ao saber é apontada por Fontanille (1987, p. 55) como um dos pontos incontornáveis da distinção paradigmática entre crer e saber realizada por Greimas em *Du Sens II* (1983). De fato, podemos identificar que a antecedência sintática do crer encontra pertinência e aplicação quando nos voltamos às condições iniciais da comunicação intersubjetiva, em que estão pressupostos um “eu creio que” e, correlativamente, um “é preciso que você creia que eu creio que”. O estabelecimento de uma precedência dessa natureza forçosamente hierarquiza os termos no sentido de que ordena uma sequência para sua ocorrência no eixo cronológico em que o discurso se dá. Entretanto, ambas as modalidades, nessa abordagem, encontram-se no mesmo nível no percurso gerativo de sentido. Uma primeira evidência de que elas podem ocupar níveis distintos nesse percurso está no arranjo modal crer-saber, possível apenas graças à capacidade do crer em reger outro enunciado modal, característica que o distingue das demais modalidades como aponta (Zilberberg, 2006, p. 160). Assim, buscamos discutir e analisar neste trabalho as relações de precedência e hierarquização que o crer e o saber podem assumir de acordo com a teoria semiótica da Escola de Paris.

Palavras-chave: Crer, Saber, Precedência, Hierarquização, Enunciação

Introdução

É possível identificar que os termos crer e saber podem ser organizados por uma relação de precedência dentro da teoria semiótica a partir do texto “Crer e saber: um só universo cognitivo”, capítulo de *Du Sens II* (1983), de Greimas, que possui conteúdo paradigmático referente à teorização acerca dessas duas modalidades. É esse texto que Fontanille retoma, em *Le savoir partagé - Sémiotique et théorie de la connaissance chez Marcel Proust* (1987), para afirmar:

Em *Du Sens II*, Greimas sustenta a ideia de que o saber e o crer fazem parte do mesmo universo cognitivo, e que o crer precede e engloba o saber. (...) As restrições de A. J. Greimas concernentes à distinção entre saber e crer são incontornáveis ao menos em dois pontos: a *diferença de generalidade* de uma parte, e a *antecedência sintática* do crer de outra. (Fontanille, 1987, p. 54-55)

Os dois pontos incontornáveis da distinção greimasiana relativa ao crer e saber apontados dessa maneira por Fontanille constituem os tópicos centrais que este

artigo pretende discutir e analisar. O que encontramos aqui são dois princípios segundo os quais essas modalidades podem ser organizadas no interior da teoria semiótica de linha francesa: a precedência e a hierarquização.

Enquanto a noção de “diferença de generalidade” relaciona-se à possibilidade de hierarquização entre os termos, que debateremos mais adiante neste artigo, abrimos esta discussão atendo-nos inicialmente à afirmação de que o crer precede e detém uma “antecedência sintática” em relação ao saber.

1. As relações de precedência

Ao afirmar que Greimas defende que o crer precede o saber, Fontanille faz referência pontual ao conteúdo do item “2.2 Le croire précède le savoir” que compõe, ao lado de outros, o capítulo “Crer e saber: um só universo cognitivo”, de *Du Sens II*. Aqui, abrimos um parêntese para chamar atenção a um aspecto do texto original de Greimas. Ao longo desse item, o semiotista lituano argumenta pela precedência do crer em um local bem delimitado do percurso gerativo de sentido: ele toma como pano de fundo para sua reflexão uma situação intersubjetiva de comunicação que, para

* Universidade de São Paulo USP. Endereço para correspondência: (elianrev@gmail.com).

existir, pressupõe um “eu creio que” por parte do destinatador e, conseqüentemente, um “é preciso que você creia que eu creio que” relativo ao destinatário.

Uma vez instaurado por esse pacto fiduciário mínimo, o contrato, que Greimas denomina também como “prelúdio à comunicação” (1983, p. 123) e que, por si só, já é um “fazer-creer” (aqui, de caráter primordial à comunicação), o destinatador então pode pôr em funcionamento inúmeros procedimentos de manipulação para levar o destinatário a *crer* no que ele diz, uma ação essencialmente epistêmica. Nas palavras de Greimas:

(...) toda comunicação humana, toda transação, mesmo se ela não é verbal, repousa sobre o mínimo de confiança mútua, que engaja os protagonistas naquilo que chamamos de contrato fiduciário. Que esse contrato seja anterior a qualquer comunicação ou que ele se instaure a partir do primeiro contato pouco importa: isso lembra um pouco a história do ovo e da galinha. Praticamente, o analista tem necessidade de uma situação-limite e de um gesto epistêmico que abre a comunicação. Que se trate de um *eu penso* seguro de si ou de um *eu sei* hesitante, que eles sejam proferidos em voz alta ou somente implícitos, o desencadeamento que eles provocam pode ser chamado de *proposição de contrato*. (...) Ou seja, em outros termos, toda proposição formulada pelo enunciador repousa sobre uma base epistêmica que leva da afirmação à dúvida e da refutação à admissão (...). Esse ato epistêmico, porém, que serve de prelúdio à comunicação, não é uma simples afirmação de si, mas um avanço, uma solicitação de consenso, de um contrato, aos quais o enunciatário dará sequência por uma aceitação ou recusa. Entre essas duas instâncias e essas duas tomadas de posição se encontra organizado um espaço cognitivo da persuasão e da interpretação que corresponde, no plano das estruturas sémio-narrativas, aos vastos maquinários da manipulação e da sanção. (Greimas, 1983, p. 122-123)

Em suma, para que exista o contrato, caracterizado essencialmente por seu aspecto fiduciário, é preciso que haja o mínimo de *crença*. E, por esse motivo, Greimas argumenta, para esse local específico do esquema narrativo global, pela precedência sintática do *crer*.

Porém, e isso justifica nosso parêntese, nesse mesmo capítulo de *Du Sens II*, encontramos também o item 2.1 intitulado “Le savoir précède le croire”. Nele, Greimas propõe captar a especificidade do fenômeno “*crer*” no interior da comunicação intersubjetiva substituindo-se as instâncias “neutras” de emissor e receptor respec-

tivamente pelas noções de um fazer-creer e um *crer*, um ato essencialmente epistêmico resultante de uma persuasão. Para ilustrar sua reflexão, Greimas elege como um sinônimo para persuasão o verbo *convaincre*, retirado da língua natural francês, onde encontra a seguinte definição dicionarizada: “Conduzir alguém a reconhecer a verdade de uma proposição” (Greimas, 1983, p. 117).

A partir daí, Greimas concebe o ato epistêmico, situado na dimensão cognitiva do discurso, como uma *transformação*, uma passagem “daquilo que é *negado* àquilo que é *admitido*; daquilo de que *duvidamos* àquilo que *aceitamos*, etc.” (Greimas, 1983, p. 118) e afirma que o fazer interpretativo pode ser reduzido, em última instância, “a uma operação de reconhecimento (da verdade). Porém, o re-conhecimento, contrariamente ao conhecimento, é uma *operação de comparação* daquilo que é proposto (...) com aquilo que já se sabe/crê. O reconhecimento, enquanto comparação, comporta necessariamente uma *identificação*” (Greimas, 1983, p. 119). O ato epistêmico, assim, opera por meio de um controle de adequação, uma adequação ao nosso próprio universo cognitivo, uma “adequação do novo e do desconhecido ao velho e conhecido” (Greimas, 1983, p. 119), um processo de comparação do que é *proposto* com o que é *sabido*. É nesse sentido, e por esse viés, que identificamos e propomos entender, no texto de Greimas, a defesa de uma precedência do saber em relação ao *crer*.

Dessa maneira, fica expresso que, embora Fontanille retome e destaque o fato de que Greimas defende a precedência do *crer* em relação ao saber em *Du Sens II*, o que encontramos no texto do semioticista lituano é a coexistência das duas proposições: o saber precede o *crer* e o *crer* precede o saber. Cada uma delas, porém, parece se aplicar com maior pertinência teórica a pontos distintos do percurso gerativo de sentido.

Enquanto a precedência do *crer* em relação ao saber estaria legitimada pelo fato de que, para que qualquer contrato comunicacional seja instaurado entre destinatador e destinatário, é exigida a existência de uma crença mínima, a precedência do saber em relação ao *crer* se coloca no interior do fazer interpretativo do destinatário, que procede operações cognitivas de *comparação* e *adequação* do que é proposto com o que é sabido, sob a lógica do re-conhecimento e da identificação, para conhecer algo no mundo.

Se pensarmos, porém, na ordem canônica do percurso gerativo de sentido ou do esquema narrativo global, a instauração do contrato antecede, forçosamente, o fazer interpretativo do sujeito destinatário. E, por isso, a precedência do *crer* poderia ser entendida, efetivamente, como uma precedência *primeira* nos fenômenos de comunicação humana. Daí a reiteração, por parte de Fontanille, da antecedência sintática do *crer*.

Entendemos que tal precedência do *crer* encontra-se

em estreita relação com a produção de enunciados ao considerarmos, como faz Fontanille (1987, p. 55), “que nenhum saber saberia ser enunciado sem ser previamente modalizado por um julgamento epistêmico (de certeza, de improbabilidade, etc.), o que o transforma, *ipso facto*, em crer”. Desse modo, podemos identificar que a antecedência sintática do crer encontra pertinência e aplicação quando nos voltamos às condições iniciais da comunicação intersubjetiva, em que estão pressupostos um “eu creio que” e, correlativamente, um “é preciso que você creia que eu creio que”.

O estabelecimento de uma precedência dessa natureza forçosamente hierarquiza os termos no sentido de que ordena uma sequência para sua ocorrência no eixo cronológico em que o discurso se dá. Entretanto, ambas as modalidades, nessa abordagem, encontram-se no mesmo nível no percurso gerativo de sentido. Uma primeira evidência de que elas podem ocupar níveis distintos nesse percurso está no arranjo modal crer-saber, possível apenas graças à capacidade do crer em reger outro enunciado modal, característica que o distingue das demais modalidades, como aponta Zilberberg:

O crer compartilha com as demais modalidades a capacidade de reger um outro enunciado, mas diferencia-se delas pelo fato de reger um outro enunciado modal: afinal, o dever e o querer não pressupõem um crer, ou seja, uma junção com o valor do valor? Para levar a bom termo um empreendimento, o senso comum não recomenda “acreditar nele”? (Zilberberg, 2006, p. 160)

O crer, enquanto dispositivo semiótico capaz de modalizar o já modalizado, como nos exemplos de Zilberberg de crer-dever e crer-querer, convoca a teoria a novas reflexões sobre sua definição e seu funcionamento e demanda uma descrição que parece ir além daquela convencionalmente empregada para as modalidades.

2. As possibilidades de hierarquização

Voltando a *Le savoir partagé* (1987), pudemos observar Fontanille considerando que nenhum saber pode ser enunciado sem antes ser modalizado por um julgamento epistêmico, que o transformaria, então, e por direta consequência, em um crer. O autor defende, assim, que toda comunicação e, portanto, até mesmo toda troca de saberes, pressupõe uma confiança e uma suposição, ou seja, como já vimos, um “eu creio que” e, de forma correspondente, um “é preciso que você creia que eu creio que”. A esse respeito, Fontanille afirma que - e aqui ele toca na outra restrição greimasiana incontornável em relação a essas duas modalidades,

a sua “diferença de generalidade” -, se considerarmos apenas esses fatos, “a diferença entre crer e saber lembra um pouco aquela que a gramática distribucional chama de ‘sistema da marca’ ” que pode ser observada, por exemplo, na categoria semântica do gênero (feminino e masculino) nas línguas naturais:

(...) em vez de se manifestar sob a forma de dois traços distintivos em relação ao todo, uma categoria semântica ou morfológica, como o gênero, se realiza pela oposição “presença/ausência” de um traço de expressão. Aquilo que caracteriza no plano semântico o sistema da marca é que os dois constituintes da categoria não têm o mesmo estatuto e nem a mesma distribuição: um dos dois, o termo não marcado, serve de termo genérico, de termo neutro, etc. (Fontanille, 1987, p. 55)

O autor argumenta que, portanto, em relação ao crer e ao saber, poderíamos fazer a mesma observação: “o saber seria o termo não marcado, e o crer o termo marcado” e, nesse sentido, poderíamos facilmente explicar, visto que um termo “comporta uma carga semântica suplementar, que eles não fazem parte do mesmo nível do percurso gerativo de sentido” (Fontanille, 1987, p. 55). Para Fontanille, no desenrolar desse percurso, os saberes encontrariam inevitavelmente os julgamentos epistêmicos, que os converteriam em crenças. Relacionando essa noção com a sua distinção precedente entre saberes semióticos, em nível “n”, e saberes meta-semióticos, em nível “n+1” ou “n-1”, Fontanille afirma que: “De fato, toda troca de saber, situada em um nível narrativo ‘n’, é sobredeterminada, em um nível ‘n+1’, por uma relação fiduciária” (1987, p. 55). E ressalta, além disso, que tal sobredeterminação não é exclusiva à troca de saberes: não somos capazes de fugir ou nos abster dessa relação fiduciária para garantir a troca de valores, quaisquer que sejam eles.

Nesse contexto, ele analisa o caso extremo de troca em que os valores são crenças, como no catecismo, e indica que essa troca será também sobredeterminada pela relação fiduciária, ou seja, aqui o crer pressupõe o crer, e estão preservados os níveis “n”, ocupado por uma troca de valores, e um nível “n+1”, ocupado por uma relação fiduciária. Finalmente, o autor postula que o conteúdo semântico que está presente no crer (termo marcado) e ausente no saber (termo não marcado) é o traço /tímico/: no crer ele aparece combinado ao traço /cognitivo/, e essa combinação determina, assim, sua menor generalidade.

Tal lógica de presença/ausência de traço de expressão tem como principal consequência teórica, ainda para Fontanille (1987), o fato de que o crer se torna o termo marcado, e o saber, o não-marcado - e, devido à carga semântica adicional aderida ao crer, “eles (os

termos) não fazem parte do mesmo nível do percurso gerativo” (Fontanille, 1987, p. 55).

As noções de termo não-marcado e marcado remetem-nos, respectivamente, ao que Hjelmslev (1972) define como termos *extensivo* e *intensivo*. A oposição entre os termos hjelmslevianos extensivo e intensivo é do tipo *participativa*. Ou seja, a mesma observada na categoria semântica e morfológica do gênero gramatical, usada por Fontanille (1987, p. 55) para exemplificar o sistema da marca: enquanto “eles” assume o posto de termo extensivo (não-marcado), “elas” corresponde ao intensivo (ou marcado). O aspecto “participativo” que denomina e caracteriza a relação advém do fato de que se em “elas” temos forçosamente e exclusivamente representantes do gênero feminino, em “eles”, seu termo oposto, encontram-se subsumidos tanto homens quanto mulheres.

De acordo com a teoria semiótica de linha francesa, as oposições participativas regem os termos da segunda geração do quadrado semiótico: complexo, neutro e dêixis. Os demais termos, de primeira geração, têm origem nas oposições fonológicas binárias desenvolvidas por Jakobson e herdadas por Greimas: os termos contrários são organizados pela oposição qualitativa (A vs. B, como em “dia” vs. “noite”), e os contraditórios pela oposição privativa (A vs. \bar{A} como em “dia” vs. “não-dia”).

Zilberberg, no capítulo de *Razão e poética do sentido* (2006) intitulado “Atualidade de Brøndal”, retoma justamente as formulações de Hjelmslev em relação aos termos intensivo e extensivo ressaltando que: “Brøndal compartilha com Hjelmslev a preocupação de liberar o binarismo daquilo que denominaríamos ‘antitetismo primário’” (Zilberberg, 2006, p. 72). Na sequência, Zilberberg mostra, utilizando as convenções gráficas propostas por Hjelmslev em *La catégorie des cas* (2006, p. 112-113), como se apresentam, tanto para Brøndal como para Hjelmslev, as “estruturas elementares” da significação. Ater-nos-emos aqui às formulações de Hjelmslev e, mais especificamente, à representação gráfica (ver Figura 1) que a oposição participativa recebe do linguista dinamarquês:

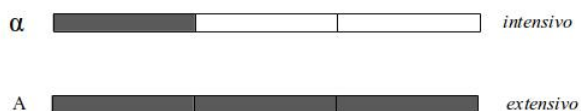


Figura 1

Intensivo / Extensivo (Zilberberg, 2006, p. 73)

A oposição paradigmática do tipo participativa nos ajuda a abordar e descrever o princípio de organização dos termos *crer* e *saber* no provérbio citado por Greimas (1983, p. 116) como construção exemplar

do funcionamento desses verbos nas línguas naturais, que “se sobrepõem sem se confundir e chegam a de fato se opor”:

Nous savons tous que nous mourrons, mais nous ne le croyons pas.

Todos sabemos que vamos morrer, mas não acreditamos nisso.

Talvez o aspecto que prenda a nossa atenção à primeira vista se deva ao que essa construção proverbial guarda de paradoxal. A noção de paradoxo é empregada por Fontanille (1982, p. 22) para expressar a singularidade da ligação que une o universo de racionalidade do *crer* ao universo do *saber*. A proposição inicialmente contraproducente, de *não acreditar* no que se *sabe* ser verdadeiro, longe de cair no vazio de sentido pelo que contém de ilógico, ganha acentuado efeito verossimilhante pela força e a generalidade da figura que projeta em nível discursivo: a do ser humano que, essencialmente caracterizado por sua condição mortal, se recusa a acreditar que vai morrer. Por meio dela, a construção se alça à posição de “verdade universal”, aquela que goza de “extensão máxima” enquanto enunciado veridictório (Coquet, 1983, p. 62), típica das “verdades” veiculadas por meio de construções proverbiais.

A sobreposição dos termos *saber* (*saber*) e *crer* (*não acreditar*) é de fato observada no provérbio. Ela pode ser apreendida a partir da configuração modal do sujeito, que parece acionar operações cognitivas “divergentes” em relação a um mesmo objeto. E esse acionamento é simultâneo. Malgrado as modalizações sejam expressas uma após a outra devido a um princípio coercivo de funcionamento da língua, que deve se desenrolar em um eixo de linearidade, a figura só alcança a sua totalidade se as modalizações incidirem ao mesmo tempo sobre o mesmo sujeito: diante de determinado objeto cognitivo, ele *sabe* e *não acredita*.

Porém, chamamos atenção para um aspecto sutil concernente à distribuição dos termos: além de simultâneos, um está *sobreposto* ao outro. A noção de sobreposição remete antes a um posicionamento no espaço do que no tempo, o que oferece à simultaneidade plenas condições de ocorrência. De fato o termo “sobrepôr” recebe a seguinte definição dicionarizada:

Sobrepôr: v. (sXIII cf. CBN) 1. bit. e pron. Pôr(-se) em cima ou por cima de (alguém ou algo); colocar(-se) sobre <ao novo monarca sobrepôs a real coroa> <uma nuvem escura sobrepunha-se ao pico da montanha> 2. bit. fig. Colocar por cima, para esconder <sobrepôs o riso às lágrimas> 3. bit dobrar por sobre <sobrepôs ao envelope o respectivo fecho> (Houaiss, 2008, p. 2593, grifos nossos)

Há, assim, hierarquização na simultaneidade de termos sobrepostos, não necessariamente de ordem cronológica, como já vimos, mas no sentido de que um termo se coloca *por cima* de outro, que já estava lá ocupando sua posição. Propomos uma aproximação deste termo já posicionado com o termo mais geral e não marcado, enquanto o que se coloca por cima do primeiro seria o marcado. Lembrando o que é sugerido por Fontanille (1987, p. 55): temos uma diferença de generalidade e de distribuição entre *crer* e *saber*, o primeiro, o termo marcado e, em formulação hjelmsleviana, *intensivo*; o segundo, não-marcado e *extensivo*.

A diferença de generalidade associada ao sistema da marca são princípios que organizam a manifestação da categoria gramatical do gênero, e Fontanille lança mão do exemplo “eles” como termo extensivo que comporta, em sua ocorrência, tanto “eles” como “elas”, para em seguida realizar a aproximação por analogia de “eles” (não marcado) com o saber (não marcado) e de “elas” (marcado) com o *crer* “marcado”. Sugerimos as seguintes representações gráficas para a distribuição hierarquizada dos termos (ver Figura 2):

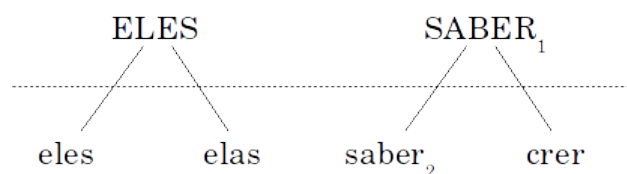


Figura 2
Níveis diferentes do percurso gerativo de sentido

O que apresentamos aqui são propostas iniciais de abordagem que demandam continuidade de investigação e verificação. A partir desses arranjos, porém, podemos observar uma possibilidade de ordenação da sobreposição dos termos. Assim como ocorre no provérbio, sobre o termo não-marcado e extensivo, deposita-se o termo marcado e intensivo, e não estamos nos referindo à ordem de posposição sintática dos termos no enunciado, como já ressaltamos anteriormente, mas a uma espécie de complexificação ou enriquecimento da configuração modal do sujeito que se dá do nível 1 ao 2.

Podemos pensar que seja em decorrência desse tipo de sobreposição ordenada que as frases em (a) façam sentido e as de (b) nos pareçam questionáveis:

(a) Ele acredita no que sabe.

Passei a acreditar em tudo o que eu sabia.

Ela tem crença em seus saberes.

(b) *Ele sabe o que acredita.

*Passei a saber tudo o que eu acreditava.

*Ela tem saber em suas crenças.

Nossa proposição pode ser, entretanto, facilmente contestada com o que defende Greimas: a noção de um *crer* englobante. “A. J. Greimas sustenta a ideia de que o saber e o *crer* fazem parte do mesmo universo cognitivo, e até mesmo que o *crer* precede e engloba o saber” (Fontanille, 1987, p. 54) e essa proposição subverteria a ordem de hierarquização por nós proposta para os termos. A sugestão de um “*crer* englobante” aproxima-o da noção de termo não marcado, mais geral e *extensivo*.

Porém, e mais uma vez, essa reflexão de Greimas parece se direcionar a um ponto bastante específico do esquema narrativo, o mesmo ao qual relacionamos sua afirmação de que “o *crer* precede o saber” (1983, p. 122), posteriormente retomada por Fontanille (1987, p. 54) e relativizada por nós, no item 2 deste artigo, como uma das duas relações de precedência apresentadas como possíveis e relevantes por Greimas em “Le savoir et le croire: un seul univers cognitif” (1983) – a saber: a outra relação estipula que “o saber precede o *crer*” (1983, p. 117).

Se nos voltarmos, entretanto, ao arranjo *crer*-saber, deparamo-nos com a sugestão de um *crer* de ordem mais geral que *acomoda* um saber, sobreposto e comandado por ele. Esse arranjo se alinha ao modelo conjecturado por Pottier (1983, p. 268), que aponta o *crer* como uma “arquimodalidade do tipo epistêmica” que engloba, em nível lexical, o saber, e aí teríamos, retomando a estrutura de hierarquização sugerida na página anterior, a relação resolvida por meio de um *CRER*₁, *crer*₂ e saber:

O “movimento de crença” recobre um contínuo conceitual que o locutor é obrigado a tornar descontínuo quando escolhe os signos da língua. Essa liberdade, de fato muito grande, de escolha pode se manifestar no nível lexical (*crer*, achar, julgar, imaginar, supor, saber...) ou no nível de todos outros arranjos sintáticos fundados sobre o recurso de categorias semântico-gramaticais variadas. (Pottier, 1983, p. 268)

Parece-nos que a concepção de um *crer* englobante e sintaticamente precedente na enunciação, como definida em Greimas (1983), encontra amplo consenso dentro da teoria. Um “eu creio que” que pressupõe um “é preciso que você creia que eu creio que” é apontado pacificamente como o arranjo vital ao início de qualquer comunicação. A noção de que uma das modalidades pode assumir um caráter mais *extenso* e comandar a outra a partir de um nível diferente no percurso gerativo de sentido, como sugere Fontanille

(1987), porém, ainda merece maior investigação no sentido de definir qual delas está no comando. Desse modo, mantemos os arranjos tanto de um SABER₁, comandando saber₂ e crer, quanto e de um CRER₁, organizando crer₂ e saber, como duas possibilidades de precedência e generalidade que demandam mais estudos.

3. Algumas conclusões

Em primeiro lugar, podemos destacar que, ao relativizarmos o conteúdo teórico produzido por Greimas em *Du Sens II* (1983) e retomado por Fontanille em *Le savoir partagé* (1987) – a noção de que “o crer precede o saber” – e demonstrarmos que esse mesmo texto do semioticista lituano comporta, em igualdade de direitos e de consequências teóricas, o item “2.1 O saber precede o crer”, ganhamos novo fôlego e perspectiva para reflexão e análise concernentes às duas modalidades. A dupla possibilidade de precedência levou-nos a ponderar sobre a pertinência e aplicação teórica de ambas as propostas e, assim, identificar a antecedência sintática do crer em íntima relação com a enunciação.

Sobre a possibilidade de hierarquização entre os termos e sua diferença de generalidade, podemos afirmar que uma análise que se propõe a abordar o crer e o saber no âmbito da teoria semiótica da Escola de Paris depara-se inicialmente com um desnível de definição teórica entre essas duas modalidades. Quando nos voltamos às formulações que embasam a teoria greimasiana, rapidamente temos acesso a uma definição consagrada para o saber em estreita ligação com o esquema narrativo canônico: ele ocupa formalmente uma bem consolidada posição como modalidade *atualizante*, ao lado do poder (também *atualizante*), do dever e do querer (*virtualizantes*), que, juntos, definem a competência do sujeito para a ação.

Por outro lado, o estatuto do crer na teoria semiótica, como salienta Zilberberg (2006), parece incerto. Ao mesmo tempo em que conta com verbete próprio no *Dicionário de Semiótica* de Greimas e Courtés (1979, p. 107-108), que ressaltam a importância e a centralidade da pesquisa relativa ao crer para o futuro da disciplina, ele não é formalmente definido como uma modalidade na acepção oficial do termo; ao mesmo tempo em que compartilha com as demais modalidades a propriedade de reger um enunciado, diferencia-se delas pela capacidade de reger outro enunciado modal, como em crer-querer, crer-dever, crer-poder, e, finalmente, em crer-saber.

De fato, o crer parece entrar oficialmente para o debate sobre o universo cognitivo pela via das modalidades epistêmicas, que consistem no crer-ser (s1), crer-não ser (s2), não crer não ser ($\overline{s2}$) e não crer-ser ($\overline{s1}$), os termos possíveis para a primeira etapa do juízo epistêmico do sujeito, concluído pela modalização veridictória que aí se justapõe, definindo pelo verdadeiro, o

falso, o secreto ou o mentiroso. É desse modo que, segundo a teoria semiótica padrão, o crer assumiria sua parte e função de modo a construir uma “verdade”, ou, em termos semióticos, a forjar o parecer-verdadeiro.

Uma tendência geral das reflexões teóricas de que nos servimos para empreender nossos estudos sobre esse tópico teórico é o apagamento ou a não abordagem da função do crer enquanto dispositivo semiótico capaz de modalizar um enunciado já modal. Tomar como inerte a ação do crer em arranjos do tipo crer-saber de certo modo interdita a abordagem e compreensão da atividade cognitiva do sujeito, que nos parece não poder prescindir do crer para dotar o mundo que o cerca de sentido, como defende, por exemplo, Geninasca, no artigo “Composantes thymiques et prédicatives du croire” (1983, p. 111), ao afirmar que: “O crer (...) é indissociável da existência de um universo valorizado, ou seja, dotado de sentido para o homem”.

Um trecho de exceção a essa postura geral pôde ser encontrado em *Razão e poética do sentido*. Diante da possibilidade de existência de arranjos como crer-querer e crer-dever, Zilberberg (2006, p. 160) indaga se, para levar a bom termo qualquer empreendimento, não seria preciso “acreditar nele”. O afastamento do modelo teórico em relação a essa propriedade do crer parece-nos ter contribuído, em alguma medida, para a criação de redutos em que a ação do crer está prevista, e encontra acolhimento e descrição teóricas, no lugar da concepção de sua ação como intermitente ao longo de todo o percurso gerativo de sentido. ●

Referências

- Coquet, Jean-Claude
1983. Les discours de la véridiction. *De la croyance. Approches épistémologiques et sémiotiques*. Berlim-Nova York: Walter de Gruyter Verlag, Pp. 57-84.
- Fontanille, Jacques
1982. Un point de vue sur 'croire' et 'savoir'. *Actes sémiotiques, IV, 3, p. 15-31*.
- Fontanille, Jacques
1987. *Le savoir partagé - Sémiotique et théorie de la connaissance chez Marcel Proust*. Paris/Amsterdam/Filadélfia: Editions Hadès-Benjamins.
- Geninasca, Jacques
1983. Composantes thymiques et prédicatives du croire. In: Parret, Herman. *De la croyance. Approches épistémologiques et sémiotiques*. Berlim-Nova York: Walter de Gruyter Verlag, Pp. 111-145.
- Greimas, Algirdas Julien
1983. *Du sens II: essais sémiotiques*. Paris: Éditions du Seuil.

Greimas, Algirdas-Julien; Courtés, Joseph
2008 [1979]. *Dicionário de semiótica*. São Paulo:
Contexto.

Hjelmslev, Louis
1972. *La catégorie des cas*. Munique: Wilhelm Fink
Verlag.

Houaiss, Antônio
2008. *Grande dicionário Houaiss da língua portu-
guesa*. Instituto Antônio Houaiss, Rio de Janeiro:
Objetiva.

Pottier, Bernard
1983. Le croire dans une perspective sémiolinguistique dynamique. In: Parret, Herman. *De la croyance. Approches épistémologiques et sémiotiques*. Berlim-Nova York: Walter de Gruyter Verlag, Pp. 267-273.

Zilberberg, Claude
2006. *Razão e poética do sentido*. Trad. I. C. Lopes, L. Tatit e W. Beividas. São Paulo: EDUSP.

Dados para indexação em língua estrangeira

Pereira, Eliane Domaneschi

Believing and knowing: precedence and hierarchy relations

Estudos Semióticos, vol. 10, n. 1 (2014)

ISSN 1980-4016

Abstract: *According to French Semiotics theory, one of the main parameters to establish a precedence relation between the modalities believing and knowing is found in the enunciation instance. The syntactic antecedence of believing regarding to knowing is pointed out by Fontanille (1987, p. 55) as one of the unavoidable points of Greimas' paradigmatic distinction between believing and knowing in Du Sens II (1983). In fact, it's possible to identify the relevance and application of believing syntactic antecedence when it comes to the initial conditions of intersubjective communication, where an "I believe that" and, correspondingly, a "you must believe that I believe that" are presupposed. By establishing this kind of precedence, we necessarily create a hierarchy concerning the terms that ordains their occurrence in the discourse chronological axis. However, in this approach both modalities are in the same level at the generative path of meaning. At the same time, the arrangement believing-knowing shows us that these modalities can occupy different levels at this path, what is only possible due to the believing capacity of rule other modal enunciation, a peculiarity that distinguish believing from all the others modalities, as highlighted by Zilberberg (2006, p. 160). Thereby, we aim to discuss and analyze precedence and hierarchy relations that believing and knowing can assume according to Paris School of Semiotics.*

Keywords: *Believing, Knowing, Precedence, Hierarchy, Enunciation*

Como citar este artigo

Pereira, Eliane Domaneschi. Crer e saber: relações de precedência e hierarquização. *Estudos Semióticos*. [on-line] Disponível em: { <http://revistas.usp.br/esse> }. Editores Responsáveis: Ivã Carlos Lopes e José Américo Bezerra Saraiva. Volume 10, Número 1, São Paulo, Julho de 2014, p. 69-75. Acesso em "dia/mês/ano".

Data de recebimento do artigo: 27/dezembro/2013

Data de sua aprovação: 14/maio/2014
